

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Lílian Kirsch de Farias

**AS MULHERES ÁRBITRAS:
aspirações e expectativas em torno de uma profissão.**

Porto Alegre

2014

Lílian Kirsch de Farias

**AS MULHERES ÁRBITRAS:
aspirações e expectativas em torno de uma profissão.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Bacharela em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Vilodre Goellner.

Co-orientadoras: Luiza Aguiar dos Anjos e Pâmela Siqueira Joras.

Porto Alegre

2014

Lílian Kirsch de Farias

AS MULHERES ÁRBITRAS:

Aspirações e expectativas em torno de uma profissão

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Bacharela em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner.

Co-orientadoras: Luiza Aguiar dos Anjos e Pâmela Siqueira Joras.

Conceito final: _____

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alberto de Oliveira Monteiro- UFRGS

Orientadora- Prof^a. Dr^a. Silvana Vilodre Goellner- UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo primeiramente ao meu bom, piedoso e misericordioso Deus. Foi a partir de sua perseverança que nunca desisti de continuar sonhando e sempre buscar a realização dos meus desejos, mesmo frente a percalços.

Agradeço também a minha mãe que foi minha âncora nessa caminhada, colocando-se sempre à disposição para ajudar no que fosse preciso. Além de me “aturar”, num dos momentos mais difíceis que passei durante minha vida acadêmica.

Agradeço a UFRGS/ESEF pela oportunidade e os ensinamentos, que me fizeram crescer em todos os aspectos da minha vida. Agradeço também, as minhas co-orientadoras Luiza e Pâmela pela ajuda diária e precisa que sempre me deram. Além, de acreditarem que eu seria, em tão pouco tempo, capaz de realizar meu trabalho, sem mesmo me conhecerem. E também, a minha orientadora Silvana Vilodre Goellner que acreditou no meu potencial, me elogiava e sempre declarava palavras de incentivo e a ajuda na elaboração do meu trabalho.

E, é claro a pessoa que se tornou indispensável na minha vida e que me devolveu a vontade de seguir em frente, que me mostrou o verdadeiro significado de amar e que me ajudou e encorajou a tentar mais uma vez passar no vestibular. Pierre. Meu companheiro, amigo, amor e, acima de tudo, cúmplice na minha vida.

O meu muito obrigado de coração a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram a lutar e nunca desistir.

Obrigada!

RESUMO

O Futebol é considerado como um esporte de domínio masculino. Contudo, mesmo com proibições e preconceitos à sua prática, a mulher esteve presente na história desse esporte desde seu início, porém com pouca visibilidade e incentivo. Esse fato estende-se aos cargos de árbitras, técnicas, dirigentes e torcedoras. Considerando essa situação, o objetivo desse estudo é identificar as aspirações de um grupo de mulheres participantes de um curso de formação de árbitras de futebol, assim como analisar seus receios e expectativas com relação à inserção da mulher nessa atividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem como instrumento para captação das informações um questionário com perguntas direcionadas para o foco da investigação o qual foi aplicado a 14 mulheres que participaram de um curso de arbitragem feminina realizada pela Federação Gaúcha de Arbitragem no ano de 2014. As categorias de análise foram pré-estabelecidas com foco em três temáticas: relação com o Futebol; relação com a Arbitragem; ser Mulher no Futebol. A partir da análise dessas categorias foi possível identificar que as participantes tem forte vínculo com o futebol, pois jogam, torcem por times, frequentam estádios como torcedoras. E, com o curso, aprimoram a participação no esporte e se especializam como profissão. Grande parte das participantes da pesquisa, afirmam que buscaram o curso de formação de árbitras porque gostam muito do futebol e por já estarem inseridas nesse meio. Relatam que enfrentam situações de machismo e preconceito na prática da arbitragem tanto por parte de jogadores quanto de torcedores. Apesar desta situação as aspirantes a árbitras, apontam que a mulher deve se apoderar desse meio e ultrapassar os obstáculos que encontra ao longo de sua trajetória neste esporte.

Palavras-chave: Gênero; Futebol; Mulheres; Arbitragem.

ABSTRACT

Soccer is considered a male-dominated sport. However, even with prohibitions and prejudices to their practice, the woman was present in the history of the sport since its inception, but with little visibility and encouragement. This fact extends to positions of referees, technical, managers and cheerleaders. Considering this situation, the aim of this study is to identify the aspirations of a group of women participating in a training course for football referees, as well as analyze your fears and expectations regarding the inclusion of women in this activity. This is a qualitative research, which has as a tool to capture information from a questionnaire with questions directed to the focus of the investigation which was applied to 14 women who attended a course of female arbitration conducted by the Gaucho Federation of Arbitration in the year 2014. The categories were predetermined focusing on three themes: the relationship with football; relation to arbitration; be Woman in Football. From the analysis of these categories, we found that the participants have strong ties to football because they play, cheer for teams, stadiums attend as cheerleaders. And with the course, enhance participation in sport and specialize as a profession. Much of the research participants, sought to argue that the training course for referees because they are very fond of football and they are already inserted in the middle. Report that face situations of sexism and prejudice in the practice of arbitrage by both players and fans. Despite this the aspiring referees, suggest that women should seize this environment and overcome obstacles he encounters along its trajectory in this sport.

Keywords: Gender; Football; Women; Arbitration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 PROBLEMA	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 ESTUDOS DE GÊNERO: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA	10
2.2 A MULHER E O FUTEBOL: UMA RELAÇÃO NEM SEMPRE AMISTOSA	13
2.3 ARBITRAGEM FEMININA	16
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE- QUESTIONÁRIO	37

1INTRODUÇÃO

As mulheres há muito tempo fazem parte da história do futebol, como jogadoras, árbitras, técnicas, dirigentes e torcedoras. Inseriram-se na modalidade, a princípio como espectadoras e logo, em 1895 na Inglaterra, já adentraram os gramados como praticantes. (MOREL; SALLES, 2005).

Ao longo da história desta modalidade esportiva houve muita resistência quanto a sua participação, pois o futebol é visto como um esporte criado por homens e para homens. Sendo desse modo, considerada uma prática limitada para as mulheres visto que algumas características identificadas como femininas, as aponta como frágeis para o futebol. A partir desta representação, criou-se um preconceito apoiado num estereótipo baseado nas diferenças entre os sexos.

Outras dificuldades impostas a maior presença das mulheres neste esporte estão relacionadas a pouca visibilidade e incentivo no que confere a mídia, o poder público e os patrocinadores, além do preconceito quanto a sua capacidade de ter uma boa atuação.

Baseadas no determinismo biológico, pensamento segundo o qual a divisão macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino se baseia nas características anatômicas corporais, as mulheres enfrentaram muitas barreiras para se inserir e legitimar no esporte. Algumas delas asseguradas pelo aparato legal como, por exemplo, a Deliberação do Conselho Nacional de Desportos n.7 do ano de 1965 que vigorou até 1979, e em seu artigo segundo proibia a prática feminina de alguns esportes, dentre eles o futebol. (GOELLNER, 2005).

Diante desta situação torna-se importante analisar o processo de inserção e permanência das mulheres no esporte e, para tanto, considero o campo dos Estudos de Gênero bastante promissor, pois possibilita utilizar esta categoria analítica da diferença entre os sexos, para melhor entender as desigualdades historicamente construídas no esporte em suas diferentes manifestações e ocupações. A categoria de gênero leva em conta as relações sociais entre os sexos, com o intuito de agregar o contexto histórico e cultural na construção do sexo. (SCOTT, 1995).

Pensar o futebol considerando a categoria analítica de gênero torna-se um ótimo exemplo para evidenciar a discussão sobre a relação da mulher no esporte, a partir do momento que se observa um preconceito com a prática feminina, não somente como atleta e/ou praticante, mas também como técnicas, dirigentes e

árbitras. Esse preconceito parte de uma representação de gênero segundo a qual, em grande medida, para ocupar cargos de chefia, qualidades como liderança e comando são essenciais, contudo, são consideradas qualidades masculinas, e não femininas.

Em que pese a abrangência destas representações, ao longo da história da modalidade as mulheres adentraram o futebol obtendo algumas conquistas neste campo como, por exemplo, o caso de Léa Campos, que se tornou a primeira mulher árbitra do Brasil e do Mundo reconhecida pela FIFA¹ no ano de 1971. Léa Campos realizou o curso de arbitragem no Estado de Minas Gerais em 1967, contudo, somente através da realização de alguns testes físicos e de insistências com o Presidente da República, que ela conseguiu, na Copa do Mundo de Futebol Feminino, realizada no México, ser reconhecida.

Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar as expectativas de um grupo de mulheres aspirantes a árbitras de futebol no que diz respeito a sua inserção nessa função específica.

Para tanto, está estruturado do seguinte modo:

No capítulo “Estudos de Gênero: uma aproximação histórica” apresento o conceito de Gênero e sua utilização como categoria analítica para observar desigualdades e igualdades e as relações de poder entre os sexos no universo do esporte, mais especificamente, do futebol. Evidencio que o determinismo biológico por muito tempo foi a base para criar preconceitos e barreiras quanto a prática, atuação e a imagem da mulher no futebol.

No capítulo “Mulher e futebol: uma relação nem sempre amistosa” contextualizo a inserção da mulher em um espaço considerado tradicionalmente como masculino, tendo como base a análise de referências teóricas e da legislação que possibilitaram essa mudança. Tal opção se justifica porque a mulher foi proibida a prática, do futebol, a partir da Deliberação n. 7 do Conselho Nacional dos Desportos, a qual foi revogada em 1979. Busco, ainda, apresentar algumas conquistas da mulher no futebol desde sua liberação até a atualidade e, por fim, ressaltar algumas mudanças criadas pelo Ministério do Esporte para incentivar o desenvolvimento do futebol feminino.

¹ Federação Internacional de Futebol.

No capítulo, “Arbitragem feminina”, abordo a função de comando e liderança do árbitro dentro de campo e como essas qualidades influenciam na atuação da mulher. Destaco a inserção das mulheres na arbitragem desde a presença de Léa Campos, em 1971, as principais árbitras e assistentes no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Destaco, ainda, algumas situações nas quais se evidencia desigualdades em relação ao tratamento que as árbitras têm quando relacionadas aos homens assim como enumero as mulheres que fazem parte do quadro da FIFA.

Entendo que uma das contribuições deste estudo reside na organização de algumas referências relacionadas à presença das mulheres no campo de futebol, o que significa uma ruptura no processo tradicionalmente masculino e a perspectiva de um novo campo de atuação para as mulheres.

Com isso, justifico a importância dessa pesquisa devido aos poucos estudos existentes sobre a inserção da mulher na arbitragem de futebol, o aumento na criação de cursos de arbitragem para mulheres, as dificuldades enfrentadas por elas quanto a uma maior participação e o preconceito, ainda existente, quanto a sua atuação e imagem como árbitras de futebol. Portanto, pelos fatos apontados, afirmo o meu interesse em estudar um assunto considerado novo no âmbito da Educação Física e importante para o surgimento de novos estudos para uma maior problematização quanto às desigualdades de gênero e visibilidade das mulheres no futebol.

1.1 PROBLEMA

Quais as expectativas e receios de um grupo de mulheres aspirantes a árbitras com o futebol quanto à sua prática nesse esporte?

Para responder essa questão foi feita uma pesquisa, com quatorze mulheres aspirantes a árbitras de futebol, que participaram de um curso de arbitragem feminina realizada pela Federação Gaúcha de Arbitragem no ano de 2014.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESTUDOS DE GÊNERO: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA

A participação da mulher, em atividades físico-desportivas, data do fim do século XIX e início do século XX. Essas atividades eram consideradas de reserva masculina, contudo, a mulher passou a se apropriar do espaço esportivo, num processo de infiltração lenta e progressiva. Segundo Mourão (2000), nesse meio, no século XIX, a relação entre os gêneros no campo esportivo era mais tensa, pois o homem detinha a hegemonia, porém com a infiltração da mulher, houve uma transformação visível nessas representações sociais.

Essa tensão acontecia em função da preocupação, bastante presente no século XIX, com a condução de uma boa maternidade, considerada como uma função importante para o progresso da Nação. Como a mulher teria que investir suas energias na reprodução, o fato delas praticarem esportes era algo visto como que poderia ser danoso à sua saúde. (MOURÃO, 2000).

E esse discurso foi construído com base nas características biológicas do corpo, segundo o qual a mulher só poderia praticar atividades físicas que não prejudicassem a reprodução.

Porém, a sociedade passou a reconhecer que a prática de atividades físicas era importante para a mulher no auxílio na reprodução e produção de uma raça mais forte. (MOURÃO, 2000).

Com isso, a participação da mulher em atividades físicas tornou-se algo crescente, o que gerou uma preocupação baseado no mito da feminilidade e de que ela pudesse se tornar mais forte do que se esperava o que levaria a uma ruptura do conceito, imposto, das diferenças naturais cuja base está numa desigualdade entre os sexos, onde a mulher é vista como frágil perante a força do homem. (GOELLNER, 2005; MOURÃO, 2000).

De acordo com Goellner (2005), ocorreram muitas tensões acerca da prática de atividades físicas pelas mulheres, o que gerou um movimento contra essa participação em algumas modalidades esportivas. Razão pela qual foi posto em vigor o Decreto-Lei 3.199, de 1941, que apresentou ao Conselho Nacional de Desportos subsídios para que fosse formulado um documento onde a prática de

algumas modalidades esportivas, fosse proibida, tais como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo. E, em 1965, o Conselho Nacional de Desportos aprovou a Deliberação n. 7, que em seu artigo segundo, registrava que a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, rugby, halterofilismo e baseball estava proibida. Essa deliberação foi revogada em 1979. (GOELLNER, 2005).

A partir desses acontecimentos, vemos que o determinismo biológico foi um fator fortemente utilizado para criar uma situação de desigualdade entre homens e mulheres, principalmente no espaço esportivo. Porém, com uma participação cada vez mais expressiva da mulher, o argumento utilizado da diferença entre os sexos, passou a ser questionado.

O determinismo biológico ressalta uma visão binária de homens e mulheres e isto acaba por ter um caráter fixo. Com isso, homem e mulher são vistos como seres diferentes e colocados em lugares opostos. A partir desta representação se criam desigualdades no que diz respeito à participação da mulher em muitas esferas da sociedade, dentre elas o esporte. Essa afirmação não significa colocar em oposição homens e mulheres, mas pensar, sob a ótica das relações de gênero no caráter de sua complementariedade. Segundo Guacira Louro:

Devemos desconstruir essa proposição das dicotomias-problematizando a constituição de cada polo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada polo não é uno, mas plural, mostrando que cada polo é, internamente, fraturado e dividido. (LOURO, 1997, p. 35).

Nesta mesma perspectiva, Scott (1995) aponta que devemos explodir essa noção de fixidez, que nos leva a uma visão binária dos gêneros, de modo a pensar que cada gênero comporta em si multiplicidades. Ou seja, há várias formas de ser masculino ou feminino.

Como categoria analítica “gênero” passa a ser utilizado levando em consideração, “as relações sociais entre os sexos”, pois “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar às relações de poder”. (SCOTT, 1995, p. 86).

Interessa ressaltar que ao adotarmos o gênero como categoria para analisar as diferenças sociais entre os sexos, não se pretende negar as características

sexuais ou materiais dos corpos, mas agregar à esta diferenciação o contexto histórico e cultural presente na construção do sexo.

Ao mencionar essa diferenciação quero destacar que essa visão binária também está presente no futebol. O que significa dizer como um esporte que envolve uma instância histórica, social e cultural, ele passa a ser considerado um local de construção de relações de gênero.

Historicamente o determinismo biológico tem sido recorrentemente usado para restringir a participação das mulheres nessa modalidade, sob o argumento de que à mulher não cabe a participação em esportes que coloquem a sua feminilidade e sua capacidade reprodutiva em perigo.

Esse pensamento, no qual o futebol é visto como um esporte eminentemente masculino colabora para que se construam preconceitos em relação à inserção feminina nos campos sejam como jogadoras sejam como árbitras. Grosso modo é possível perceber que o futebol foi criado social e culturalmente, a partir de concepções pré- estabelecidas de que existem esportes femininos e esportes masculinos, considerando a visão de que homens e mulheres têm seu lugar na sociedade, mas lugares opostos. Mas, a inserção, mesmo que progressiva e lenta, das mulheres no futebol, mostra uma quebra aos limites impostos pela sociedade atuando como jogadoras, árbitras, técnicas e dirigentes.

Na pesquisa realizada por Pfister (2003, p.30), a autora destaca, como um dos motivos de poucas mulheres estarem nos cargos de liderança “[...] os ideais e preconceitos.” Ou seja, há um desequilíbrio de poder entre os sexos, onde um sexo detém a maior parte dos cargos mais altos o que acaba por confirmar uma desigualdade nesse campo.

Já Gomes *et al.*, apontam que esse fato faz parte de um fenômeno conhecido como teto de vidro,

Onde o desequilíbrio de poder entre gêneros revela que a estrutura esportiva é baseada no princípio hierárquico, denotando que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino. Desta forma, os cargos mais importantes se tornam inatingíveis ao gênero feminino, não pela capacidade, mas possivelmente por não reconhecimento da mulher em cargos de liderança. (GOMES *et al.*, 2012, p. 161).

Com isso, a mulher passa a ter que “quebrar” esse teto de vidro, onde suas características são colocadas como inferiores perante as dos homens para cargos

de liderança. O fato da mulher ser mãe e constituir família, seria um dos empecilhos para que ela disponha do tempo necessário que um cargo desses necessita e a vulnerabilidade em suas decisões (PFISTER, 2003).

Partindo dessa dificuldade de inserção em cargos de liderança, podemos ressaltar as inúmeras barreiras que Léa Campos, a primeira mulher árbitra no Brasil e no Mundo, enfrentou, na década de 1970, para se transformar em árbitra de futebol. Trago esse exemplo porque ela é reconhecida como a pioneira na arbitragem de futebol no Brasil e sobre ela vou discorrer adiante.

2.2 A MULHER E O FUTEBOL: UMA RELAÇÃO NEM SEMPRE AMISTOSA

A relação da mulher com o futebol não teve um início harmonioso. Elas viveram muitos preconceitos e proibições, contudo, a passos lentos, acabaram por derrubar tabus e desigualdades e conseguiram se inserir nesse espaço.

Essa participação teve seu início nas arquibancadas, como telespectadoras e torcedoras, mas, logo conseguiram adentrar o campo. Existem muitas informações sobre a primeira partida de futebol feminino realizada no Brasil. Algumas pesquisas identificam relatos de um “jogo realizado em São Paulo, em 1921, no Tremembé Futebol Clube entre senhoritas Tremembenses contra senhoritas Cantareirenses”. (MOREL; SALLES, 2005, p.262). No ano de 1931, o Jornal dos Sports, no Rio de Janeiro, publicara uma nota dizendo: “Realizou-se ante-hontem no campo do Brasil F. Club, na Piedade, um jogo de *football* feminino entre as equipes “Madame Lessa Alves” e Madame Macedo[...]”. (MOURÃO; MOREL, 2005, p.76).

Segundo Teixeira Júnior (2006, p.16) “na década de 40 uma grande virada no jogo, tira a mulher do futebol com argumentos higienistas e eugenistas, proibindo a ela a prática do futebol”. Corroborando com essa afirmação, o doutor Leite de Castro, dizia que

Não é no futebol que a juventude feminina se aperfeiçoará. Pelo contrário- é o futebol o esporte que lhe trará defeitos e vícios; alterações gerais para a própria fisiologia delicada da mulher, além de outras consequências de ordem traumática, podendo comprometer seriamente os órgãos da reprodução (ovário e útero). (FRANZINI, 2005, p. 321).

“Falava-se que o campo de futebol, colocava em prova as representações de feminilidade (normatizada), comprometendo a graciosidade, a harmonia das formas,

a beleza, a sensualidade e a delicadeza da mulher”. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2006, p. 16).

A partir disso, é promulgado, em 1941, Decreto-Lei 3.199, que vigorou até 1979, com Deliberação n.7, em 1965, que relatava a proibição da prática do futebol dentre outros esportes, pelas mulheres. Esse ato demonstra a desigualdade que existia entre homens e mulheres. Apontavam que a proibição era imposta pela preocupação com a saúde da mulher, contudo era pelo simples fato de a mulher não “tomar” um espaço considerado masculino. (FRANZINI, 2005). Mas mesmo com essas proibições, a mulher continuou a praticar o futebol. Com isso, em 1979 foi revogada a Deliberação n. 7, e no final da década de 1970 e início da década de 1980, nota-se o surgimento de vários times femininos. (MOREL; SALLES, 2005; GOELLNER, 2005).

A partir de todas essas conquistas, em abril de 1983, o futebol feminino é reconhecido no Diário Oficial como esporte, além disso, já no ano de 1987, a Confederação Brasileira de Futebol estimava a existência de mais de duzentos clubes, com cerca de quarenta mil jogadoras. (MOREL; SALLES, 2005).

Dentro dessa expansão de clubes e times femininos, podemos destacar o Esporte Clube Radar e o SAAD Esporte Clube.

Em 1981, o Esporte Clube Radar do Rio de Janeiro criou a sua equipe de futebol feminino. O clube obteve muitas conquistas nacionais e internacionais e isso fez com que a visibilidade do futebol feminino aumentasse no País. (MOREL; SALLES, 2005; MOURÃO; MOREL, 2005).

O SAAD, em 1985 criou seu time de futebol feminino no qual obteve muitas conquistas. Dentre elas o título brasileiro das categorias Sub-17 e Adulto nos anos de 1995 a 1997. Em função dessa representatividade, trinta e duas das suas atletas foram convocadas para jogar pela Seleção Brasileira, dentre elas Sissi, Formiga, Kátia Cilene entre outras. (SAAD ESPORTE CLUBE, 2014).

Nos anos 1990, especificamente em 1991, houve a realização do primeiro Campeonato Sul Americano, onde o Brasil foi campeão invicto e do primeiro Mundial na China, que o Brasil ficou em nono lugar. Em 1995, o Brasil conquistou o bicampeonato Sul Americano e ficou novamente com o nono lugar na segunda edição do Mundial, realizado na Suécia. No ano de 1996, acontece um fato marcante para o Futebol Feminino, que seria a conquista da quarta colocação nos Jogos Olímpicos que aconteceram em Atlanta nos Estados Unidos. (MOREL; SALLES, 2005).

Diante dessas conquistas, acreditava-se na consolidação da presença da mulher no futebol, contudo isso não aconteceu, pois houve pouco interesse da mídia assim como pouco incentivo para o desenvolvimento da modalidade.

No ano 2000, ocorreram os Jogos Olímpicos de Sydney, onde o Brasil conquistou o quarto lugar. Em 2003, conquistou o tetra campeonato Sul Americano na categoria Adulto e tornou-se campeão nos Jogos Pan-Americanos. Campeonatos Sub-19 como o Sul Americano e o Mundial, o Brasil conseguiu conquistas significativas como, respectivamente, campeão e quarto lugar. No ano de 2002, aconteceu em São Paulo o Campeonato Brasileiro de Seleções Adulto Feminino, onde o time da casa sagrou-se campeão. E, em 2003, o campeonato Taça Brasil de Clubes Feminino. (MOREL; SALLES, 2005).

O futebol feminino participou de muitos campeonatos e obteve muitas conquistas, principalmente em competições internacionais. Entretanto, o futebol feminino no Brasil continuou sendo sub-representado com pouca visibilidade da mídia e, conseqüentemente, com pouco apoio de patrocinadores e incentivos públicos.

Mas mesmo diante de tantos empecilhos, o número de mulheres praticantes de futebol continua a crescer, aumentando a visibilidade, que é uma conquista das mulheres e do futebol, mesmo que de forma desproporcional se comparado ao masculino.

Diante da precariedade de condições do futebol praticado por mulheres no Brasil, em fevereiro de 2012, o Ministro do Esporte Aldo Rebelo criou um grupo de trabalho para discutir soluções e buscar melhorias para o futebol feminino. No País desde então, o Ministério do Esporte tem possibilitado a realização de vários campeonatos tais como: duas edições da Copa Libertadores da América de Futebol Feminino no Brasil, o Campeonato Brasileiro e alguns campeonatos escolares Sub-17 e a Copa Brasil Universitário de Futebol Feminino. Criou também, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, um projeto para construção do Centro de Excelência de Futebol Feminino em Foz do Iguaçu, onde serão realizados os treinamentos das equipes. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014).

A última conquista da seleção Feminina de Futebol Brasileira foi o Hexacampeonato na Copa América, realizada nesse ano, no Equador, tendo conquistado o título em 1991, 1995, 1998, 2003, 2010 e 2014. A única edição que o Brasil não venceu foi em 2006. A Seleção Brasileira foi a equipe que mais marcou

gols na competição: vinte e dois no total; contra apenas três sofridos. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2014).

2.3 ARBITRAGEM FEMININA

No século XIX, o futebol já tinha suas regras, contudo a figura do árbitro ainda não fazia parte dos jogos. Com o tempo, para diminuir a violência dentro de campo, tornou-se necessário a presença desta função específica, cujo objetivo era assumir o comando e participar do andamento da partida. (BOSCHILIA, VLASTUIN e MARCHI, 2008).

Desde então, o árbitro torna-se a autoridade máxima no jogo, sendo as decisões pertinentes durante a partida, de sua responsabilidade. Ele é o “todo-poderoso” e deve estar bem preparado fisicamente e saber as regras do jogo para aplicá-las no momento correto. (DUARTE, 2003).

Com o passar dos anos, a mulher também se inseriu nesse meio, tendo Léa Campos como pioneira nessa posição. Léa é mineira de Belo Horizonte, onde realizou curso de oito meses na escola de árbitros da Federação Mineira de Futebol, em 1967. Contudo, precisou apelar para o Presidente da República da época, para que fosse reconhecida pela FIFA o que aconteceu em 1971. No entanto, para ter esse reconhecimento teve que passar por mais testes e exames para comprovar sua capacidade física. Léa foi a primeira mulher a se tornar árbitra no Brasil e no Mundo. Atuou na Copa do Mundo de Futebol Feminino no México e apitou jogos na Europa, América do Norte, Sul e Central. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Contudo, a mulher não foi e ainda não é muito bem vista e aceita em cargos de liderança dentro do futebol, como o de árbitra, técnica e dirigentes de clubes. Os argumentos que comumente se vê estão relacionados à ideia de que a mulher não é considerada apta para exercer funções que exijam comando, liderança, decisão e força.

Segundo Oliveira (2004), dificilmente são encontradas mulheres em cargos de comando e liderança nos clubes, federações e nas organizações esportivas, pois elas estão se inserindo e competindo numa área considerada de comando masculino.

Pfister (2003) também aponta que os comitês deliberativos em organizações e instituições esportivas ainda são dominados por homens e que esta informação é válida para o mundo todo.

Geralmente, como apontados, as mulheres não ocupam cargos de chefia e/ou de liderança, por preconceitos relacionados com as suas características, que são consideradas como típicas da mulher e que, aparentemente, seriam fixas. As que seriam consideradas “ideais” para se tornar chefe ou líder em organizações são: comando, liderança, força, decisão, agressividade, voz de comando, atributos representados como mais masculinos. Com isso criam-se restrições quanto à atuação de uma mulher nessas posições, e estas partem de estereótipos normatizados, em que somente o homem teria essas características apontadas como sendo “ideais”.

Contudo, no estudo de Oliveira (2004), realizado com técnicas de equipes esportivas de alto rendimento, foi identificado que elas apresentavam qualidades como liderança, dedicação, competência, capacidade, determinação, amor pelo trabalho e disciplina. E isso mostra que a mulher consegue se inserir e, principalmente se manter em cargos desse tipo pelo seu trabalho.

Como exemplo, temos o caso da dirigente do Clube de Regatas Flamengo, Patrícia Amorim. Ela foi uma atleta de sucesso, vereadora por três mandatos e considerada a “Vereadora do Esporte”. Patrícia foi vice-presidenta do departamento dos Esportes Olímpicos e vice também na modalidade do Remo, em 2007. A partir disso, começou a participar das reuniões do Conselho do Flamengo e se candidatou em 2009, para presidente do clube. Cargo que ocupou até 2012. (GOMES *et al.*, 2012).

O caso de Patrícia Amorim mostra como é presente o preconceito com a atuação das mulheres nesses cargos no futebol, considerando o fato da mídia geralmente noticiar aspectos negativos da sua gestão. Como por exemplo, a contratação de um ex-jogador para ocupar o cargo de diretor de futebol do clube, que renunciou quatro meses depois, o que fez com o que a mídia a criticasse apontando a falta de profissionalismo e competência da dirigente. (Op. cit., 2012).

Na arbitragem, o caso de Léa Campos indica essa resistência que existe no futebol quanto à inserção da mulher. Entretanto, pela sua persistência, ela conseguiu exercer a sua função de árbitra.

Por esse motivo, destaco o caso da Léa Campos por ser a protagonista de uma trajetória feminina na arbitragem brasileira, uma figura importante no que confere a participação da mulher nesse meio. Léa quebrou barreiras e não desistiu frente a tantos obstáculos colocados a sua atuação. Derrubou preconceitos e estereótipos de que não teria condições físicas para atuar, e recebeu o seu reconhecimento. Ela abriu caminho e a partir dela, outras mulheres também puderam buscar seu espaço na arbitragem.

De acordo com Said (1979), a segunda árbitra brasileira foi Ana Maria, de Brasília, seguida pela piauiense, Lindinalva Miranda, que estava se formando nesse mesmo período.

No ano de 1987, a mesma revista relata a existência de uma árbitra chamada Cláudia Shnabl Neves, de 29 anos, que em 1983 resolveu integrar uma turma do curso de arbitragem. (PLACAR MAGAZINE, 1987).

Apesar dessa quebra de barreiras, não se tem notícias de outras árbitras até o ano de 1996, quando surge Sílvia Regina de Oliveira que hoje tem o cargo de “Delegado” (e não Delegada), pela Confederação Brasileira de Futebol do Estado de São Paulo.

Sílvia começou a apitar em 1996, na Federação Paulista de Futebol, dois anos após estava na lista da Confederação Brasileira de Futebol e em 2001 foi indicada para a FIFA. Foi a primeira mulher a apitar um jogo da primeira divisão do Campeonato Paulista. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2006). É a única mulher classificada na categoria A “ouro” de árbitros da Federação Paulista e entrou para história do esporte nacional por ser a primeira mulher a apitar um jogo da Copa Sul-Americana, entre Santos e São Caetano no ano de 2003. (REIS; ARRUDA, 2011).

Martha Peçanha Vasconcelos também credenciada pela FIFA foi considerada a árbitra que mais apitou jogos pela série “A” do Campeonato Brasileiro de 2005 e na série “B”. (Op. cit., 2011).

Já no Rio Grande do Sul, destacam-se algumas mulheres no apito, dentre elas, podemos citar Sônia Maria da Silva que trabalhou como árbitra na Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e Rosemari Lemos, que iniciou a carreira em 1999 na FGF, apitando jogos do Campeonato Feminino, tendo apitado um GRENAL² em 1999.

² Clássico de futebol entre os times Grêmio e Internacional do Estado do Rio Grande do Sul.

Outros exemplos são Jaqueline Fockink e Ivanir Degregori que atuou nos quadros da FIFA e abandonou o esporte em 1998. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2006).

Entre as assistentes de árbitro³ mais conhecidas encontra-se a paulista Ana Paula da Silva Oliveira, integrante do quadro de assistentes da FIFA. Sendo considerada no ano de 2005, a assistente que mais atuou na série “A” e “B” do Campeonato Brasileiro e na Copa do Brasil. Além dela temos também Cleidy Mary Nunes Ribeiro, Marlei Silva e Ticiane Martins. (REIS; ARRUDA, 2011). Hoje, Ana Paula, atua como “Delegado” pela Confederação Brasileira de Futebol. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2014).

De acordo com Teixeira Júnior (2006), Ana Paula surgiu nesse meio em 2003 e ficou conhecida quando trabalhou na final entre São Paulo e Corinthians. Ela foi a primeira bandeira mulher a trabalhar numa final de campeonato.

No ano de 2003, ocorreu um fato considerado importante para a história da arbitragem feminina que foi a participação do trio de arbitragem composto por Silvia Regina de Oliveira, Ana Paula da Silva Oliveira e Aline Lambert, que atuaram pela primeira vez na história em uma partida de futebol masculino na série “A” do Brasileirão. Atuaram em, pelo menos, oito rodadas daquele Campeonato. (REIS; ARRUDA, 2011).

É visível o crescimento da atuação de mulheres na arbitragem, porém elas ainda encontram vários obstáculos em relação a sua atuação, a exemplo do que aconteceu recentemente a assistente Fernanda Colombo Uliana. Ela marcou um impedimento de forma errada e foi “xingada” e castigada pelo seu erro. Com argumentos pautados na sua imagem corporal, o diretor Alexandre Mattos disse: “se ela é bonitinha, que vá posar na Playboy. Não tem preparo, os caras gritam e ela erra”. (OLIVIER, 2014).

Na reportagem ela relata: “quando fui afastada disseram que seria uma reciclagem, para depois voltar aos poucos. É o que tenho feito: treinado o dobro. Preciso cravar todos os testes físicos e reduzir a margem de erro ao máximo. O erro será menos tolerado para mim. Desde aquele jogo, só trabalhei nas séries C e D. Ma sou jovem. Não vou desistir.” (Op. cit., 2014).

É de saber público que muitos árbitros erram em suas decisões, porém não tem tanta repercussão e esse fato mostra como há um preconceito e machismo

³ Na partida são designados dois assistentes que auxiliam o árbitro na partida e são popularmente conhecidos como “bandeirinhas”.

quanto à beleza da mulher. Por ela ser bonita não tem competência e por ser mulher não pode errar.

Goellner traduz dizendo

Estilizadas pelo olhar masculino, as representações de beleza e feminilidade presentes na sociedade sugerem o desejo, o sonho, o prazer e a aspiração dos homens, que depositam no detalhe da forma do corpo da mulher a sua habilidade e o seu poder. Um poder que se afirma não pelo o que ela diz ou pensa, mas pelo que exhibe. Um poder que simultaneamente a liberta e a subordina, porque a encerra nos domínios da natureza do seu corpo. (GOELLNER, 2000, p. 87).

Mesmo perante tantos casos de preconceito e machismo, a mulher está atuando cada vez mais na arbitragem de partidas de futebol, pois de acordo com a Confederação Brasileira de Futebol (2014), árbitras brasileiras foram convocadas pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) e pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) para participarem de campeonatos internacionais nesse ano. Dentre as árbitras escolhidas estão Simone Xavier (Rio de Janeiro) e Nadine Bastos (Santa Catarina) que estarão no X Jogos Sul-Americanos, Ana Marques (Pernambuco) e Katiuscia Berger (Espírito Santo) serão as representantes brasileiras no Mundial Sub-17 de Futebol Feminino e a assistente Janette Arcanjo/MG participará da Copa Algarve 2014.

Um acontecimento importante que ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul em 2014 foi a realização de um curso de arbitragem para Futebol de campo direcionado para mulheres a partir de uma parceria entre o Centro de Memória do Esporte (ESEF/UFRGS), a Fundação de Esporte e Lazer (FUNDERGS), a Associação Gaúcha de Futebol Feminino e a Secretaria de Política para Mulheres. (MESA, 2014).

Além disso, neste ano, aconteceu a Copa América de Futebol Feminino no Equador, e duas árbitras brasileiras, Regildênia Moura e a árbitra assistente Janette Arcanjo, foram convocadas para arbitram os jogos. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2014).

Atualmente, conta-se com a presença de oito brasileiras no quadro da FIFA. Já no quadro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), encontram-se sessenta e seis mulheres, sendo dez árbitras, cinqüenta e três assistentes, duas delegadas, Ana Paula da Silva de Oliveira e Sílvia Regina de Oliveira e uma assessora. Nesse

quadro, há somente uma gaúcha, Tatiana Jacques de Freitas, no cargo de assistente. (Op. cit., 2014).

Entretanto, esse número é pequeno se comparado aos quinhentos e setenta e um homens nesse cargo, o que mostra como a mulher ainda percorre um “caminho de pedras” e que encontra muitos obstáculos quanto à sua atuação no futebol no papel de árbitra.

3 METODOLOGIA

Este estudo apresenta características de uma abordagem qualitativa, com foco descritivo e interpretativo. De acordo com Denzin e Lincoln,

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos- estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; [...] - que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

O grupo escolhido para compor os sujeitos desta pesquisa é composto por 14 mulheres, dentre as 30 que participaram do curso de Arbitragem Feminina, promovido pela Fundação de Esporte e Lazer (FUNDERGS), Centro de Memória do Esporte (CEME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Secretaria do Esporte e Lazer, através da Fundação do Esporte e Lazer (FUNDERGS), em parceria com a Associação Gaúcha de Futebol Feminino (AGFF), com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e Sindicato dos Árbitros de Futebol do Rio Grande do Sul (SAFERGS). O número de 14 se justifica porque o questionário foi apresentado no primeiro encontro, onde nem todas estavam presentes.

A formação foi realizada nos dias 23, 24, 30 e 31 de agosto na Escola de Educação Física da UFRGS. O curso foi dividido em duas partes: a parte teórica que foi realizada em quatro dias na Escola de Educação Física da UFRGS e a parte prática realizada durante os jogos do Campeonato Gaúcho Feminino de Futebol. É o primeiro curso de arbitragem de futebol de campo, somente para mulheres, que se tem notícia no Rio Grande do Sul. (MESA, 2014).

Conforme o Jornal Marca da Cal (2014), da SAFERGS, o que motivou a criação do curso foi que já era um projeto da AGFF após a realização de outro curso que promoveram junto com o SAFERGS que aconteceu em 2012 para pessoas de ambos os sexos (curso de arbitragem para futebol feminino), onde o objetivo era formar árbitros com uma nova abordagem, o qual não foi informado, às atletas femininas dentro e fora de campo. Relatam que buscaram apoio ao projeto na AGFF e na Secretaria de Políticas para Mulheres e que a essa ideia juntaram-se CEME-UFRGS, Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer e a FUNDERGS. O objetivo do

projeto era complementação de renda e o “empoderamento” das mulheres visto que a arbitragem pode ser uma profissão.

O curso é inédito no Brasil e se dividira em 40 horas teóricas e 20 horas práticas que serão realizadas durante o Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino de setembro a dezembro deste ano. Após o curso, as que forem aprovadas estarão aptas a participar de Campeonatos e Torneios. (Op. cit., 2014).

Com isso, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com perguntas pré-estabelecidas onde constavam, segundo Cervo e Bervian (1972), perguntas do tipo abertas, fechadas e de múltipla escolha (APÊNDICE), que para esses autores:

É a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja. Possui a vantagem de os respondentes sentirem-se mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais. (CERVO; BREVIAN, 1972, p. 147-148).

No dia 23 de Agosto, realizou-se o primeiro dia de curso com ênfase na parte teórica. Neste momento solicitei um espaço para os ministrantes do curso para apresentar a temática da minha pesquisa e seus objetivos. Feito esse procedimento convidei as alunas do curso a participarem do meu estudo. Todas as alunas presentes aceitaram essa participação e, de imediato, distribuí o questionário individualmente e tão logo tinham em suas mãos dei orientações sobre seu preenchimento. O recolhimento dos questionários deu-se no dia seguinte para que tivessem tempo para responder as questões e assim não atrapalhar o andamento do curso. Todas as participantes devolveram o questionário no dia seguinte que foi dividido em três temas considerando os objetivos do estudo:

- Relação com o futebol.
- Relação com a arbitragem.
- Ser mulher no futebol.

A recolha dos questionários foi realizada em “visitas” ao curso de arbitragem. A partir da coleta de informações, os questionários foram analisados de modo minucioso, a cada questão, e a análise dos dados se deu conforme os objetivos desse estudo, sendo formuladas algumas tabelas para apoiar a análise.

Para não expor as participantes do estudo optei por denominá-las como aspirante 1 a 14, ou seja, cada uma que respondeu o questionário teve um número.

Desse modo, preservando sua identidade, fato esse mencionado quando orientei sobre os procedimentos para responder o questionário. Apontei que a não identificação nominal tinha como objetivo a possibilidade delas exporem seus sentimentos e percepções sem que fossem identificadas formalmente. Esse procedimento foi adotado por todas as participantes.

Partindo do mapeamento das respostas, procedeu-se a discussão dos resultados obtidos confrontando com a literatura.

4 DISCUSSÃO

É realidade a presença feminina no futebol desde o século XIX, ultrapassando proibições, preconceitos e obtendo espaço nesse meio considerado masculino. E esse fato é afirmado quando dentre as quatorze mulheres que responderam o questionário, onze delas indicam que praticam o futebol, sete torcem e acompanham seus times e sete vão a estádios.

Isso demonstra que, com o passar do tempo, a mulher não deixou de praticar e acompanhar o esporte e que a presença feminina nos estádios e dentro de campo está numa crescente visível. Entretanto, conforme abordado anteriormente, essa inserção, não se deu de forma pacífica e harmoniosa. Conforme Teixeira Júnior (2006, p. 20), “aqui dizemos que o Brasil é o país do futebol, porém essa afirmativa jamais ousou incluir as mulheres como elemento do espetáculo”. E essa exclusão se deve muito a uma ideia normatizada de que o futebol é um esporte de prática masculina, baseado numa visão das diferenças entre os sexos.

De acordo com a Federação Internacional de Futebol (2014), “atualmente, 29 milhões de meninas e mulheres jogam futebol no mundo todo.”

Outra forma da participação feminina no esporte, e que também está se afirmando, é como torcedoras ou como organizadoras de torcidas organizadas.

Hoje as mulheres estão engajadas na organização das torcidas, participando ativamente não só como expectadoras, mas também, participam de reuniões nas ruas, nos estádios e até mesmo nos confrontos elas estão presentes. (CHECCHIA, 2009).

Em relação à arbitragem, oito delas nunca arbitraram, porém, seis já arbitraram futebol de campo em torneios amadores ou são árbitras de outras modalidades, como o Futebol Sete e o Futsal.

Com isso, elas deixam as arquibancadas e assumem funções específicas, como jogadoras, técnicas, dirigentes e arbitrando partidas de futebol. (BOSCHILIA, MEURER e CAPRARO, 2005).

Isso demonstra a inserção da mulher na arbitragem. Elas começam apitando jogos amadores para ganharem experiência e espaço e, através de cursos, tornarem-se árbitras credenciadas para apitarem jogos profissionais.

Elas apontam que os motivos que as levaram a escolher fazer o curso de arbitragem, a princípio, não têm caráter financeiro, pois dentre as quatorze, somente

uma apontou ser este o principal motivo. Dez mulheres declaram que é por gostarem do futebol e por já estarem nesse meio. Três relatam que querem se aprimorar na área e adquirir novos conhecimentos e uma, que quer conhecer melhor as regras do futebol.

A aspirante 8 declara que se interessou em fazer o curso de arbitragem: *“Porque sou apaixonada por futebol.”*

A aspirante 9 declara que: *“Fui criada no meio do futebol, pois meu avô tem uma equipe e com o tempo acabei me interessando.”*

E a aspirante 13 declara que: *“Para adquirir novos conhecimentos.”*

Essas afirmações evidenciam a paixão, a dedicação e a busca por aprimoramento e novos conhecimentos sobre o esporte que elas escolheram mesmo não fazendo dessa profissão sua principal fonte de renda. O que interessa é estarem presentes e ativas em tudo que envolva o futebol.

Contudo, essa profissão, por fazer parte de um meio considerado de reduto masculino, também está cercada de estereótipos e preconceitos quanto à participação feminina. Por se tratar de uma figura que envolve liderança e comando de jogo, as mulheres não se encaixariam nessa função por não conseguirem, de acordo com Oliveira (2004, p. 334), “suportar a pressão”.

“Homens de preto”, assim chamados os árbitros, citado por Boschilia, Vlastuin e Marchi (2008, p. 61), são caracterizados conforme o que Scott (1995, p. 86), descreve como “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias)”. Ou seja, “homens de preto” como símbolo da figura de árbitro, apontando uma visão fixa da figura masculina nessa posição.

Contudo, o relato de uma delas aponta como essa “norma” está sendo colocada em pauta. A aspirante 2: *“Pois acompanho Futebol e Futsal, e muitas vezes, discordo da arbitragem. Muitas vezes penso que faria um trabalho melhor que esses árbitros que observo. Além de pensar que as mulheres têm que se apoderar dessa área”.*

A partir disso, Goellner (2000, p. 90) aponta que existem mulheres que “questionam a hegemonia esportiva masculina, historicamente construída e culturalmente assimilada [...]”. No esporte elas “fazem valer as suas aspirações, desejos, necessidades, fantasias, vaidades e prazeres enfrentando um universo

caracterizado como próprio do homem, motivo pelo qual, abundam preconceitos e limitações”. (Op. cit., p. 91).

No papel de árbitras, por se tornarem a figura que comanda e lidera a partida, a mulher enfrenta muitas dificuldades e desafios para se afirmar. Pois, há uma desigualdade de poder entre os gêneros nesses cargos, como também os de técnicas e dirigentes no meio esportivo, partindo de uma ideia de que as qualidades como liderança, comando e força são consideradas masculinas. Ou seja, há uma hierarquia baseada no sexo, onde a mulher acaba por ocupar cargos intermediários.

Podemos afirmar esse fato pelo número de mulheres árbitras no quadro da CBF e o de assistentes. Temos, atualmente, dez árbitras e cinquenta e três assistentes. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2014).

Mesmo tendo que enfrentar preconceitos e barreiras, onze delas relatam que não têm receio em atuar como árbitra de futebol, mas apontam que existe machismo e preconceito nesse meio.

Aspirante 3 declara: *“Não. Pois desde que comecei a jogar, jogava com meninos e aprendi a lidar com o machismo.”*

Somente três relatam que têm receio.

Aspirante 4: *“Sim, motivado por alguns acontecimentos preconceituosos que ocorreram ultimamente com bandeirinhas e árbitras no futebol brasileiro, mas acho que é algo que temos que superar”.*

Aspirante 14: *“Sim. As mulheres são muito desvalorizadas nesse esporte.”*

A partir dessas falas podemos concluir que elas sentem que podem ter dificuldades a enfrentar e que é algo presente na nossa cultura e sociedade. Essa barreira imposta à mulher na atuação como árbitra, dirigente ou técnica, nos transporta para o fenômeno conhecido como “teto de vidro”, onde há uma desigualdade de poder entre os gêneros. (GOMES *et al.*, 2012).

As mulheres não são consideradas aptas para ocuparem cargos de liderança, pois, segundo pensamentos preconceituosos, não têm domínio, força, competência, liderança, agressividade, pulso firme, coragem, características consideradas hegemonicamente masculinas.

Isso nos remete a outra fala de Scott (1995, p. 87), que diz: “precisamos de uma visão mais ampla no uso da categoria de gênero, que inclua o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero)”.

Como exemplo, podemos abordar o caso da bandeirinha Fernanda Colombo, onde ao seu erro foi dada uma repercussão muito maior se comparado com os muitos erros cometidos por árbitros que não são tão questionados e nem castigados. Além disso, outra consideração deve ser feita em relação ao preconceito com a beleza e o corpo da mulher, acentuado pelo dirigente do Cruzeiro, onde relata que a bandeirinha deveria posar para *Playboy*.

Corroborando com esse fato temos o relato da Aspirante 1 que diz: *“Em determinados casos sim. Infelizmente, o futebol ainda é uma cultura predominante masculina, e um erro pode ser visto com um foco muito maior”*.

Além de o homem tentar denegrir a imagem e o trabalho da mulher pela sua beleza, colocando-a como o motivo do seu erro.

Em relação a tratamento, dez mulheres apontam que não receberão um tratamento diferenciado da Federação. Contudo, quanto aos jogadores e torcedores, doze apontam que receberão tratamento diferente dos jogadores e dez dos torcedores.

Relatam que:

Aspirante 14: *“Não. A exigência acredito que seja a mesma independentemente do gênero.”*

Aspirante 10: *“Não. Pois profissionalmente o modo de tratar os profissionais são iguais.”*

Aspirante 5: *“Não. Porque acredito que profissionalmente existe ética neste sentido.”*

Já as que apontaram que sim relatam:

Aspirante 2: *“Sim, pois já ouvi relatos de conhecidas que atuam que necessitam sempre “provar” que são mais competentes além da média e tem que ter preocupação em não “caprichar” no cabelo ou unhas, pois isso é coisa de “mulherzinha””*.

Aspirante 13: *“Sim, nós mulheres temos que ser “perfeitas” enquanto os árbitros homens limitam-se pelo sexo; Nós mulheres temos que ser diferenciadas em excelência”*.

Aspirante 14: *“Sim. Os jogadores acham que as mulheres não sabem de nada”*.

Aspirante 1: *“Sim. A cultura futebolística brasileira é muito contrária à atuação feminina no futebol”*.

Aspirante 8: *“Sim. Às vezes pensam que somos incapazes, por sermos mulheres”.*

O fato de a mulher se arrumar e ser vista como “mulherzinha”, nos aponta uma tendência de denegrir a imagem da mulher e a menosprezar a aparência feminina num cargo considerado masculino. Não pode expor sua beleza e feminilidade.

O fato de ter que “provar” que é melhor que o homem nos remete ao modelo do homem sendo tomado como exemplo para definir de acordo com Goellner (2000, p. 86) “quem é melhor e quem é pior”. Esse preconceito observado por elas demonstra uma sociedade caracterizada pela diferença entre os sexos, onde, conforme Scott (1995), o papel próprio da mulher e do homem são criados a partir de justificativas biológicas, onde a subordinação é apontada pelo fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior.

Contudo, de acordo com Scott (1995, p. 75), “o gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”.

De acordo com Franzini (2005, p. 316), “quanto mais machista, ou sexista a sociedade for, o que expressa muito bem as relações de gênero, mais exacerbadas as suas réplicas”.

De acordo com a reportagem publicada pelo Portal R7 Esportes (2014), John Cummings, de 70 anos, vice-presidente da Football Association de Northumberland County, na Inglaterra, teria dito à árbitra Lucy May, que “lugar de mulher é na cozinha, e não em um campo de futebol”. Além disso, teria lhe respondido de uma forma atravessada a uma pergunta sua: — Você não vai dar conta. Não é nada pessoal contra você, mas, enquanto eu estiver vivo, nenhuma mulher nunca trabalhará na minha liga.

Entretanto, mesmo sofrendo com preconceitos e estereótipos, o número de mulheres na arbitragem está crescendo, mesmo que em número menor se comparado com homens.

Porém, elas demonstram, através de seus relatos, que “o árbitro de futebol é sim, um apaixonado pelo esporte. A final de contas, ninguém que não seja no mínimo um aficionado por futebol se sujeitaria a todos os riscos dessa prática”. (BASTOS, 2012, p. 17).

Esse sentimento parece existir em todas as participantes do estudo visto que não se eximem de enfrentar a situação de desigualdade presente na modalidade e, sobretudo, na sua atuação como árbitra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher, ultrapassando barreiras, preconceitos e proibições, fez e faz sua história no futebol. As dificuldades de inserção, a busca por uma maior visibilidade e poucos incentivos percorrem a história e a vida dessas mulheres.

Esses empecilhos têm apoio numa sociedade sexista, preconceituosa e baseada em estereótipos, em que o futebol é visto como um esporte eminentemente masculino e que a mulher não se encaixaria nesse mundo. Com isso, colocam o determinismo biológico como o principal fator da não aceitação da mulher. Porém, o futebol é um esporte construído social e culturalmente e, trazendo o gênero como uma categoria que trata das diferenças entre sexos a partir das construções e vivências sociais e culturais, esse esporte passa ser um local de criação de relações entre os gêneros.

Entretanto, a mulher nunca deixou de praticar o futebol, sendo como jogadoras, torcedoras, árbitras, técnicas e dirigentes.

No que se refere a cargos de liderança, como o de árbitras, técnicas e dirigentes, as dificuldades e preconceitos enfrentados não foram diferentes. O número de mulheres que compõem o quadro da Confederação Brasileira de Futebol e da FIFA é pouco se comparado ao número de homens. E a maioria delas é assistente.

Nesse meio da arbitragem, além do argumento de que a mulher não tem comando, o erro se torna excludente, o que geralmente, não ocorre com homens. Além disso, a beleza da mulher também é colocada como um fator para denegrir a sua imagem, o que afirma situações de machismo que ainda ocorre.

Realizando as minhas observações a respeito dos questionários, pude constatar o amor, a dedicação, a força que as participantes do estudo têm para se manterem firmes no esporte que escolheram.

No que confere a arbitragem apontam que escolheram essa profissão, por estarem no meio e gostarem de futebol ou por já apitarem torneios amadores, além de agregar conhecimento e se aprimorar, o que mostra a vontade de estarem fazendo algo que as remeta ao futebol, mesmo não tendo como meta torná-la sua principal fonte de renda.

Demonstram que têm receio quanto à sua atuação perante a Federação, torcedores e jogadores por serem mulheres, pois ainda existe machismo e

preconceito. Entretanto, ressaltam que é algo a superar e que a mulher deve se apoderar desse meio.

Com isso, através desse estudo podemos concluir que as mulheres não desistem de praticar e trabalhar com futebol e que a mulher árbitra ainda sofre preconceito quanto a sua atuação, imagem e ascensão nessa posição e que isso é um fato consciente. Frente a isso, mesmo que com uma inserção lenta e progressiva, a mulher passará a ocupar mais espaços e conquistar respeito, o que conseqüentemente, resultará em menos preconceito e machismo. Nesse sentido, aspiram uma maior inserção na modalidade, ao mesmo tempo, que tem como expectativa um maior respeito e condições favoráveis para atuarem em campo sem que se julgue à priori, seu desempenho, apenas por serem mulheres. As aspirantes a árbitras desejam um mundo mais igualitário no futebol, no qual homens e mulheres possam exercer essa profissão de modo a se realizarem nela, independente de seu sexo.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Seidler Martin. **Árbitros de futebol de campo**: preocupações de carreira e diferentes modelos de formação e carreira. 48 f. Monografia. Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70276/000876521.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 de set. 2014.
- BOSCHILIA, B.; VLASTUIN, J.; MARCHI, J.R.W. Implicações da espetacularização do esporte na atuação dos árbitros de futebol. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 57-73, set. 2008. Disponível em:
<<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/191>>. Acesso em: 15 de agosto de 2014.
- BOSCHILIA, B.; MEURER, S. dos S.; CAPRARO, A. M. Arbitragem feminina no futebol masculino: possibilidades de compreensão da inserção da mulher no esporte moderno. **FIEP Bulletin**, Foz do Iguaçu, v. 75, p. 182-185, 2005. Disponível em:
<<http://boletimef.org/biblioteca/1142/A-arbitragem-feminina-no-futebol-masculino>>. Acesso em: 15 de agosto de 2014.
- CERVO, A.L. ; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda., 1972.
- CHECCHIA, Carol. **Lugar de mulher é no estádio**: a participação feminina nas torcidas. Disponível em: <<http://arquivobancadageral.xpg.uol.com.br/Mulheres.html>>. Acesso em: 20 de out. 2014.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Arbitragem feminina brasileira em alta**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/noticias/arbitragem/arbitragem-feminina-brasileira-em-alta#.VD0TlvdUTI>>. Acesso em: 15 de ago. 2014.
- _____. **Seleção feminina é hexacampeã**: 1991, 1995, 1998, 2003, 2010 e 2014. Disponível em: <http://selecao.cbf.com.br/noticias/selecao-feminina/selecao-feminina-titulos#.VFOCeTTF_Ic>. Acesso em: 01 de nov. 2014.
- _____. **Relação de árbitros**. Disponível em:
<http://www.cbf.com.br/arbitragem/relacao-de-arbitros#.VGyDoDTF_Ic>. Acesso em: 01 de nov. 2014.
- DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. Ed.. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DUARTE, Orlando. **Futebol**: regras e comentários. São Paulo: Senac, 2003. Disponível em:
<<http://books.google.com.br/books?id=OVxtyeOYZv0C&printsec=frontcover&dq=Futebol:+regras+e+coment%C3%A1rios&hl=pt-BR&sa=X&ei=b3NqVJ7GJrDLsASb0YHgBA&ved=0CBwQ6AEwAA#v=onepage&q=Futebol%3A%20regras%20e%20coment%C3%A1rios&f=false>>. Acesso em: 20 de out. 2014.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL. **Live your Goals**. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/aboutfifa/footballdevelopment/women/liveyourgoals/aboutthecampaign/index.html>>. Acesso em: 13 de setembro de 2014.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.25, n.50, p.315-328, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200012>. Acesso em: 20 de set. 2014.

GOELLNER, Silvana V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3l1poVLp_iwJ:www.revistas.usp.br/rbefe/article/download/16590/18303+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

_____. Pode a mulher praticar o futebol? *In*: CARRANO, Paulo César Rodrigues (Org.). **Futebol: paixão e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 79-93.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Revista Pensar a Prática** (UFG), Goiânia, v.8, n.1, p. 85-100, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/106/101>>. Acesso em: 10 de set. 2014.

_____. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.13, n.02, p. 171-196, maio/agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20397/000601547.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 de set. 2014.

GOMES, Euza *et al.* As representações da mídia sobre a gestão feminina no clube de regatas flamengo. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 151-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/20/pdf_1>. Acesso em: 25 de outubro de 2014.

LOURO, Guacira L. **A emergência do “gênero”**. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 12 ed. Petrópolis: Vozes, p. 18-40, c1997.

MARCA DA CAL. **Formação de apitos e bandeiras femininas**. Porto Alegre, agosto/setembro, 2014. Disponível em: <http://www.safergs.com.br/files/pdf/marca_da_cal/marca_agoset_revisado2_14.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2014.

MESA, Luana. **Mulheres participam de curso de árbitras de futebol**. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/202625/mulheres-participam-de-curso-de-arbitras-de-futebol/termosbusca=*>. Acesso em: 10 de set. 2014.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Futebol Feminino**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/futebol-feminino>>. Acesso em: 30 de out. 2014.

MOREL, Márcia; SALLES, José Geraldo do C. Futebol feminino. *In*: DACOSTA, Lamartine. **Atlas do Esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 262-3. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2014.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**. Porto Alegre, ano VII, n.13, p. 5-16, 2000/2. Disponível em:<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11777/6976> >. Acesso em: 20 de set. 2014.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**. Campinas, v.26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005. Disponível em:<<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/148/157>>. Acesso em: 8 de set. 2014.

MOURÃO, Ludmila; GOMES, Euza Maria de Paiva. Mulheres na Administração Esportiva Brasileira: uma trajetória em curso. *In*: SIMÕES, A.C.; KNIJNIK, J.D. **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero e desempenho. São Paulo: Aleph, 2004, p. 306-318.

OLIVEIRA, Gabriela Aragão Souza de. Mulheres enfrentando o desafio da inserção, ascensão e permanência no comando de Equipes Esportivas de Alto Nível. *In*: SIMÕES, A.C. e KNIJNIK, J.D. **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero e desempenho. São Paulo: Aleph, 2004, p. 320-335.

OLIVIER, Diogo. **Bandeirinha punida pela beleza segue de castigo**: “O erro será menos tolerado para mim”. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2014/10/bandeirinha-punida-pela-beleza-segue-de-castigo-o-erro-sera-menos-tolerado-para-mim-4624059.html>>. Acesso em: 30 de out. 2014.

PFISTER, Gertrud. Líderes femininas em organizações esportivas – Tendências mundiais. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 09, n. 2, p. 11-35, maio/ago. de 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2802/1420> >. Acesso em: 8 de set. 2014.

PLACAR MAGAZINE. Uma juíza de peito. Rio de Janeiro, mar.1987. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=VUU6jmTeMfMC&printsec=frontcover&dq=placar+magazine,+23+de+mar%C3%A7o+de+1987&hl=pt-BR&sa=X&ei=gmZiVNV_NMqfgwTNsYLYCA&ved=0CCcQ6AEwAzgK#v=onepage&q=placar%20magazine%2C%2023%20de%20mar%C3%A7o%20de%201987&f=false>. Acesso em: 06 de nov. 2014.

PORTAL R7 ESPORTES. Executivo de liga inglesa é punido por dizer que "lugar de mulher é na cozinha, e não no campo de futebol". Disponível em: <<http://esportes.r7.com/executivo-de-liga-inglesa-e-punido-por-dizer-que-lugar-de-mulher-e-na-cozinha-e-nao-no-campo-de-futebol-30102014>>. Acesso em: 02 de nov. 2014.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos ; ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. **EFDeportes.com, Revista Digital.** Buenos Aires, ano 16, n.162, Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em 23 de ago. 2014.

SAAD ESPORTE CLUBE. **Histórico: 45 anos.** Disponível em: <<http://www.saadec.com.br/portugues/historia/historia.php>>. Acesso em: 10 de nov. 2014.

SAID, Carlos. Numeradas. **Placar Magazine**, Rio de Janeiro, maio 1979. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=PaCY-kdMKVkc&printsec=frontcover&dq=placar+magazine,+n.+474&hl=pt-BR&sa=X&ei=5GxiVJCGLoHCgWT8k4GIDw&ved=0CEIQ6AEwCQ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 25 de out. 2014.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=5GmWs7KHLycC&printsec=frontcover&dq=Dicion%C3%A1rio+mulheres+do+Brasil:+de+1500+at%C3%A9+a+atualidade+-+biogr%C3%A1fico+e+ilustrado&hl=pt-BR&sa=X&ei=QntqVJnNDu2IsQSNu4CICw&ved=0CBwQ6AEwAA#v=onepage&q=Dicion%C3%A1rio%20mulheres%20do%20Brasil%3A%20de%201500%20at%C3%A9%20a%20atualidade%20-%20biogr%C3%A1fico%20e%20ilustrado&f=false>>. Acesso em: 25 de out. 2014.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 20, n° 2, p.71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 10 de set. 2014.

TEIXEIRA JÚNIOR, Jober. **Mulheres no futebol, a inclusão do charme.** Porto Alegre: Brasul, 2006.

APÊNDICE- QUESTIONÁRIO**a) RELAÇÃO COM O FUTEBOL**

1. Você joga ou jogava futebol?
 - a) Nunca joguei futebol
 - b) Jogava como lazer até os ____ anos
 - c) Jogo como lazer até hoje
 - d) Jogava profissionalmente dos ____ aos ____ anos
 - e) Jogo profissionalmente até hoje

2. Você torce para alguma equipe de futebol?
 - a) Sim. Sou uma torcedora que acompanha o meu clube
 - b) Sim, mas não acompanho muito o meu clube
 - c) Já torci, mas não torço mais
 - d) Nunca torci para nenhuma equipe

3. Tem hábito de frequentar estádios?
 - a) Sim, vou a estádios em jogos de equipes profissionais
 - b) Sim, vou a estádios em jogos de equipes amadoras
 - c) Não

4. Você acompanha o futebol praticado por mulheres?
 - a) Não
 - b) Sim, vou a estádios e acompanho pela televisão
 - c) Sim, não vou a estádios, mas acompanho pela televisão

b) RELAÇÃO COM A ARBITRAGEM

1. Você já arbitrou futebol de campo ou outro esporte antes?
 - a) Sim, arbitrava futebol de campo em torneios amadores
 - b) Sim, já fiz o curso e sou árbitra de futsal
 - c) Sim, já fiz o curso e sou árbitra de outro esporte. Informe qual: _____
 - d) Não, nunca arbitrei antes

2. Você tem relação próxima com algum árbitro?

- a) Sim. Tenho (um) membro(s) da minha família que é(são) árbitro (s)
- b) Sim. Tenho (um) amigo(s) que é(são) árbitro(s)
- c) Não

3. Porque você se interessou em fazer o curso de arbitragem?

4. Você pretende tornar a arbitragem a sua principal fonte de renda?

a) Sim

b) Não

5. Você tem preferência por atuar no futebol praticado por homens ou por mulheres?

a) Não tenho preferência

b) Prefiro atuar no futebol praticado por mulheres. Por quê?

c) Prefiro atuar no futebol praticado por homens. Por quê?

c) SER MULHER NO FUTEBOL

1. Você tem algum receio em atuar como árbitra no futebol, sendo uma mulher?

2. Você acredita que receberá um tratamento diferente da Federação de Arbitragem, por ser mulher? Explique.

3. Você acredita que receberá um tratamento diferente dos jogadores, por ser mulher? Explique.

4. Você acredita que receberá um tratamento diferente dos torcedores, por ser mulher? Explique.

